



Use o QRCode para acessar o Caderno Fé e Cidadania na internet, com mais artigos e links citados.

A civilização do amor na era digital: *Magnifica humanitas*, a mensagem da Igreja em um mundo desorientado

Arte: Sergio Ricciuto Conte



No século XXI, a humanidade atravessa uma verdadeira ‘policrise’: a aceleração tecnológica, as desigualdades crescentes, as ameaças à dignidade humana e as transformações impostas pela inteligência artificial desafiam a todos, sem exceção. Neste cenário inquietante, a Igreja é reconhecida cada vez mais como uma referência ética, sinal de amor e esperança. [Magnifica humanitas](#), a encíclica de Leão XIV sobre a inteligência artificial (IA), apresenta um itinerário cristão que não dá respostas, mas orienta fiéis e pessoas de boa vontade para adotarem uma postura justa e construtiva diante dos desafios e das maravilhas de nosso tempo – sem medos fóbicos e sem fascínios ilusórios.

Redação

A magnífica humanidade criada por Deus encontra-se hoje perante uma escolha decisiva: erguer uma nova torre de Babel ou construir a cidade em que Deus e a humanidade habitam juntos. Cada geração recebe em herança a tarefa de dar forma ao seu tempo: de fazer amadurecer a história como um lugar no qual a dignidade de cada pessoa seja salvaguardada, a justiça promovida e a fraternidade possibilitada [...] Ali onde a humanidade corre o perigo de perder a sua identidade, nós, cristãos, erguemos os olhos para o Deus feito carne, sabendo que “o mistério do homem só no mistério do Verbo encarnado se esclarece verdadeiramente” (*Gaudium et spes*, GS 22). Em Jesus Cristo, esta magnífica humanidade torna-se o Caminho, a Verdade e a Vida, abrindo a cada um de nós a via para crescermos até a plenitude (*Magnifica humanitas*, MH 1).

Está cada vez mais evidente quão rápida e profundamente a digitalização, a inteligência artificial (IA) e a robótica estão transformando o nosso mundo. A técnica não deve ser considerada, em si mesma, como antagonista em relação à pessoa

[... Hoje, no entanto] cabe-nos enfrentar, com lucidez e responsabilidade, os desafios do nosso tempo. É necessário adotar instrumentos normativos adequados, capazes de salvaguardar a justiça e de conter os efeitos nocivos do poder tecnológico. Mas a questão não se esgota na regulamentação. Como alertou o Papa Francisco, devemos perguntar-nos, com realismo, quem detém hoje este poder e para que fins o orienta: “Não podemos ignorar que a energia nuclear, a biotecnologia, a informática, o conhecimento do nosso próprio DNA e outras potencialidades que adquirimos [...] dão, àqueles que detêm o conhecimento e sobretudo o poder econômico para o desfrutar, um domínio impressionante sobre o conjunto do gênero humano e do mundo inteiro” (*Laudato si*, LS 104). Outrora, eram sobretudo os Estados a orientar e a dirigir a inovação. Hoje, pelo contrário, os principais motores do desenvolvimento são sujei-

tos privados, frequentemente transnacionais, dotados de recursos e capacidades de intervenção superiores aos de muitos governos. O poder tecnológico assume uma identidade inédita, predominantemente “privada” e, portanto, ainda mais difícil de discernir, gerir e orientar para o bem comum (MH 4).

Para responder a estas questões e discernir como viver com responsabilidade a era da inteligência artificial, gostaria de evocar duas imagens bíblicas: a da edificação da torre de Babel (cf. Gn 11,1-9) e a da reconstrução das muralhas de Jerusalém (cf. Ne 2-6). No livro do Gênesis [...], Babel revela o limite de qualquer construção, ainda que grandiosa, surgida da absolutização do humano e da sua pretensão de autossuficiência, do sacrifício da dignidade das pessoas em nome da eficiência e da ambição de alcançar o céu sem a bênção de Deus. O livro de Neemias, por sua vez, começa em um

momento de grande vulnerabilidade na história do antigo Israel. Após o exílio babilônico, uma parte do povo regressa a Jerusalém, mas a cidade continua devastada, com as muralhas ainda em ruínas [...] Neemias não impõe soluções vindas do alto: convoca as famílias, confia a cada uma delas uma parte da muralha para reconstruir, ouve os receios, coordena os esforços, enfrenta as oposições. O relato mostra como a cidade renasce não graças à iniciativa de uma única pessoa, mas por meio da responsabilidade partilhada por todo o povo. É uma obra que tem Deus no centro e que reconstrói as relações antes mesmo das pedras (MH 7-8).

À luz destas duas imagens, o Espírito Santo interpela-nos hoje sobre a nossa relação com a técnica e com a revolução digital em curso [...] A primeira escolha não é entre um “sim” ou um “não” à tecnologia, [...] mas entre um poder que pretende dominar o céu ou um povo que unido, na presença de Deus, começa o trabalho de reerguer os muros da convivência fraterna (MH 9).

Trechos de LEÃO XIV. Encíclica *Magnifica humanitas*, sobre a salvaguarda da pessoa humana na era da inteligência artificial. Vaticano, 15 de maio de 2026.

Edição dos conteúdos: Francisco Borba Ribeiro Neto

Critérios que orientam a tecnologia e nascem de uma Tradição viva

Os capítulos 2 e 3 da [Magnífica humanitas](#) iluminam os desafios da inteligência artificial ao resgatar e atualizar a tradição da Doutrina Social da Igreja. Para que o progresso técnico sirva ao ser humano, o documento parte da dignidade inalienável da pessoa, passa pelo bem comum, a destinação universal dos bens, a subsidiariedade, a solidariedade e a justiça social para chegar ao desenvolvimento humano integral.



Ambrogio Lorenzetti. Alegoria do Bom Governo (c. 1337-1340). Siena, Palazzo Pubblico

Sabedoria que nasce da fé e da história. A Doutrina Social da Igreja não é um manual de princípios e normas, mas um caminho de discernimento comunitário, que nasce do encontro entre a verdade eterna do Evangelho e as questões da história, dialogando com os sinais dos tempos, as ciências e as diferentes culturas. Quando a dignidade dos irmãos é desfigurada, quando a política não responde aos dramas da humanidade, quando a economia se volta contra a pessoa ou a ciência ultrapassa seus limites, a Igreja – com os demais cristãos e todas as pessoas de boa vontade – deve erguer a sua voz não para dominar, mas para servir a comunhão (MH 27).

Redação

A Igreja considera todos os que procuram sinceramente “a verdade, a bondade e a beleza” como companheiros de caminho, tendo-os como “preciosos aliados” ([Evangelii gaudium](#), EG 257) na defesa da dignidade de cada pessoa e no cuidado da criação. Assumindo o estilo pastoral do Concílio Vaticano II – que convida a ouvir, discernir e interpretar os sinais dos tempos – a Igreja, iluminada pela sabedoria da Palavra, não teme o encontro com o saber humano. [...] São João Paulo II recordava que a Igreja acolhe o contributo das ciências sociais “para dele obter indicações concretas que a ajudem a desempenhar as suas funções magisteriais” (Carta apostólica [Socialium scientiarum](#) de instituição da Pontifícia Academia de Ciências Sociais) ([Magnífica humanitas](#), MH 23).

Precisamente porque nasce da fé e da sua compreensão da realidade, a Doutrina Social da Igreja não se traduz em um repertório

de soluções técnicas nem em um modelo econômico ou político a opor a outros, mas pertence a um nível diferente: o dos princípios que orientam a leitura dos acontecimentos e fundamentam uma interpretação evangélica dos processos históricos e das escolhas que estes exigem ([Sollicitudo rei socialis](#), SRS 41) (MH 24).

A compreensão da verdade como dom a ser partilhado, e não posse a ser reivindicada, liberta a Igreja da tentação do saudosismo de formas de ser baseadas no poder. São João Paulo II convidava a olhar com sinceridade para os tempos em que se cedeu a “métodos de intolerância ou até mesmo de violência no serviço à verdade” ([Tertio millennio adveniente](#), TMA 35), para reencontrar o caminho evangélico do anúncio afável e da verdade que não deve ser imposta. Na mesma linha, reiterarei que a Igreja “não quer levantar a bandeira da posse da verdade”, porque esta não é um território a defender, mas um bem a partilhar [...] É uma verdade que não teme a diversidade, mas a acolhe e ordena; que não elimina os conflitos, mas os transfigura; que recompõe aquilo que a história tende a dispersar. Daí também a imagem do poliedro, uma figura com muitas faces, nas quais se reflete, sob diferentes ângulos, a mesma verdade do Evangelho (EG 236) (MH 25).

Os direitos humanos ameaçados. Ao olhar para o nosso tempo, não podemos ignorar que

a tutela dos direitos humanos está hoje exposta a dois riscos particularmente graves. O primeiro é o de uma declaração meramente formal deles, enquanto, a par do progresso tecnológico, se viola de modo velado ou manifesto a dignidade humana. O segundo, que na realidade está na base do primeiro, é o de não ser já possível reconhecer o fundamento da sua universalidade [...] Quando a razão se deixa interpelar seriamente a respeito da natureza humana, é capaz de descobrir valores que importam para todos, porque derivam dela. Se este trabalho de busca for abandonado, pode acontecer que direitos, hoje considerados intocáveis, acabem por ser, no futuro, postos em causa ou negados por quem detém o poder, talvez depois de ter obtido um consenso apenas aparente por parte de populações atemorizadas ou manipuladas ([Fratelli tutti](#), FT 209) (MH 56).

Com uma maior consciência do valor de cada pessoa humana e dos seus direitos, cresceu também o reconhecimento dos direitos das minorias. Ainda há, no entanto, um longo caminho a percorrer para, em todo o mundo, serem realmente garantidos de igual forma os direitos de uma grande parte, ou seja, os das mulheres. É um dado concreto que “duplamente pobres são as mulheres que padecem situações de exclusão, maus-tratos e violência, porque frequentemente têm menores possibilidades de defender os seus direitos” (SÃO JOÃO PAULO II, [Discurso na 50ª Assem-](#)

[bleia Geral das Nações Unidas](#), 5/out/1995). Portanto, não basta afirmar com palavras que homens e mulheres têm a mesma dignidade e os mesmos direitos; é necessário que isso se traduza em escolhas concretas, em leis, no acesso ao trabalho, à instrução, às responsabilidades sociais e políticas, na forma como a sociedade escuta e valoriza o contributo das mulheres. Enquanto persistir esta disparidade, não poderemos afirmar que a sociedade reconhece às mulheres, verdadeira e plenamente, a mesma dignidade dos homens (MH 57).

São as pessoas concretas que contam: cada uma delas e as suas famílias. Os movimentos sociais, as grandes declarações políticas a favor do povo e as ideologias comunitárias não servem para nada se não se orientarem à promoção das pessoas – homens e mulheres – com os seus direitos inalienáveis. Da mesma forma, não basta exaltar a liberdade individual ou a iniciativa privada, se depois se aceita que uma multidão de pessoas continue a viver sem um trabalho digno, sem direitos tu-

telados, sem acesso aos bens fundamentais (MH 58).

O bem comum. Reconhecer que cada mulher e cada homem possui em si uma dignidade inalienável e direitos que nenhum poder humano deve ferir ou eliminar, exige que se reconfigure o modo como vivemos juntos, as nossas escolhas econômicas e políticas, o rosto concreto das nossas cidades. Daqui nasce o primeiro grande princípio da Doutrina Social que desejo recordar: o bem comum. Podemos descrevê-lo como a forma social da dignidade reconhecida a cada um. [...] para um cristão, sair do pequeno mundo dos próprios interesses e empenhar-se, na medida das suas possibilidades, pelo bem comum, é um valor não negociável, tal como o é a promoção da vida [...] O bem comum não se deixa reduzir a uma simples lista de condições ou instituições. Não coincide com a soma dos benefícios dos indivíduos, nem com o entrecruzar-se dos seus interesses particulares; é um bem maior, que pertence a todos, e só em conjunto se pode construir, aumentar e salvar (MH 59-60).

Cabe ao Estado a tarefa de garantir a coesão, a unidade e a organização justa da sociedade civil, para que o bem comum possa ser realmente alcançado com a contribuição de todos. Em concreto, isso significa que o poder público tem a delicada tarefa de “harmonizar com justiça” (*Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, CDSI 169) os diversos interesses em jogo, procurando um equilíbrio entre os bens particulares e os bens da coletividade, sem deixar para trás os mais fracos. Quando a política renuncia a uma visão a longo prazo, reduzindo-se a cálculos de curto alcance ou a estereis polarizações, os discursos sobre o bem comum perdem credibilidade e crescem, ao mesmo tempo, desigualdades e fraturas sociais (MH 63).

A destinação universal dos bens. Existe um direito à propriedade privada que tem o seu sentido e função própria, mas está sempre subordinado à destinação universal dos bens. Segundo São João Paulo II, esta subordinação constitui a regra de ouro do comportamento social e “o primeiro princípio de toda a ordem ético-social” (*Laborem exercens*, LE 19). [...] Hoje, entre os bens que se destinam universalmente a todos, devemos contar as novas formas de propriedade: patentes, algoritmos, plataformas digitais, infraestruturas tecnológicas e dados. Em um contexto em que a riqueza das nações depende cada vez mais de conhecimentos e tecnologias, quando estes bens permanecem concentrados nas mãos de poucos, sem formas ade-

quadas de partilha e acesso, cria-se um novo desequilíbrio que contradiz a destinação universal dos bens e alimenta o fosso entre incluídos e excluídos, entre quem pode participar na revolução digital e quem fica à margem (MH 66-67).

A subsidiariedade. A Doutrina Social da Igreja denomina “subsidiariedade” o princípio segundo o qual aquilo que as pessoas, as famílias, as comunidades locais e outros “corpos intermédios” podem fazer não deve ser absorvido por instâncias superiores. As instituições de nível superior devem reconhecer, proteger e promover a liberdade e a criatividade das instâncias inferiores, coordenando as suas contribuições para que cooperem eficazmente em prol do bem comum (CDSI 187). [No contexto da revolução digital...] a instância agregadora de competências, dados e capacidade de decisão é constituída de empresas e plataformas, que definem condições de acesso, regras de visibilidade, formas de relação e até mesmo oportunidades econômicas. A subsidiariedade exige que tais processos não sejam impostos a partir de cima, de modo opaco e unilateral, mas que sejam orientados para o bem comum por meio da transparência, da responsabilidade e de formas concretas de participação (auditorias independentes, transparência sobre os algoritmos, acesso equitativo aos dados, instrumentos de

recurso) (cf. FT 169) (MH 68-71).

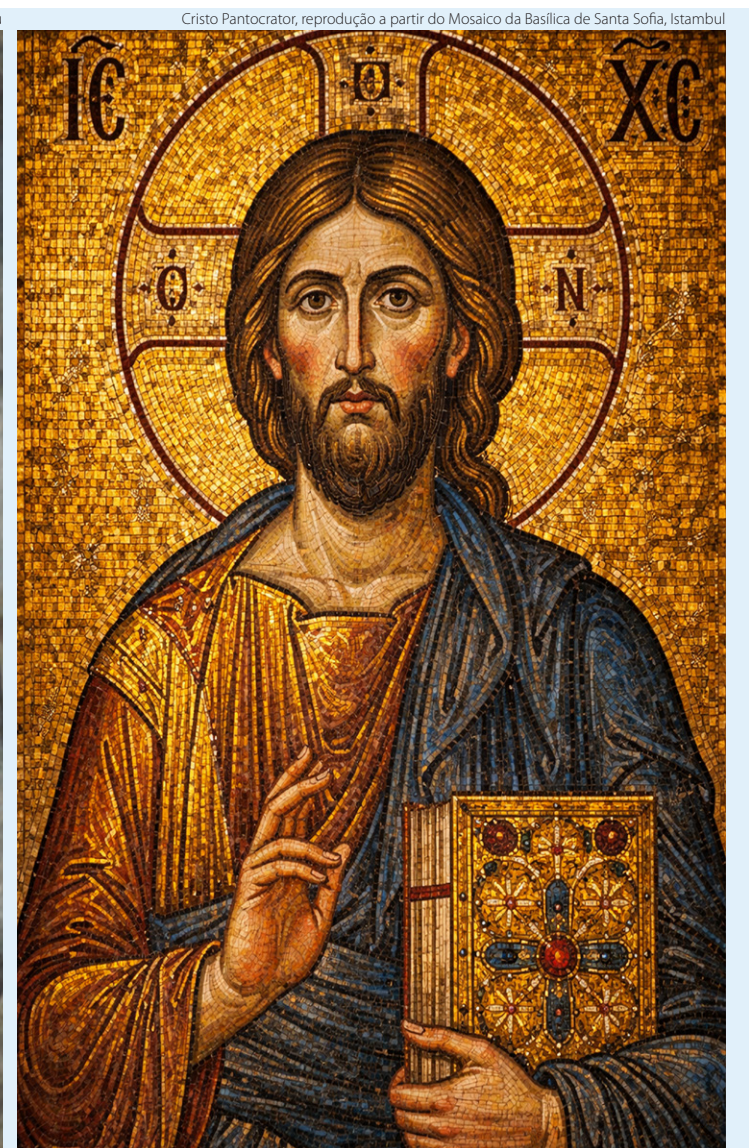
A solidariedade. Quando a subsidiariedade não é acompanhada da solidariedade, acaba por transformar-se em mera tutela de interesses particulares; quando a solidariedade não é suportada pela subsidiariedade, degenera em assistencialismo que não promove a responsabilidade (*Caritas in veritate*, CV 58) [...] A solidariedade exige que as escolhas em matéria de dados, algoritmos, plataformas e inteligência artificial tenham em conta não só a vantagem imediata de alguns, mas também a repercussão sobre o conjunto dos povos e sobre as gerações futuras (MH 74-76).

A justiça social. Para a comunidade cristã, a justiça social é uma forma concreta de seguir Jesus e de fidelidade ao seu Evangelho [...] A ideia de “justiça social” ajuda a reconhecer que as injustiças não surgem apenas das escolhas erradas dos indivíduos, mas também de estruturas, mecanismos e sistemas econômicos e culturais que, de forma quase automática, produzem desigualdades. [...] a justiça não diz respeito só a uma distribuição mais equitativa dos bens ou à correção das injustiças atuais, mas assume uma dimensão reparadora. Ela visa a recompor relações destruídas e reintegrar quem foi excluído, tendo em conta as feridas deixadas pelas injustiças: guerras, colonialismo, discriminações raciais ou de gênero, violências

contra povos inteiros, exploração (MH 77-79).

O desenvolvimento humano integral. Na *Populorum progressio*, São Paulo VI afirma que o desenvolvimento só é autêntico se for “integral”, ou seja, destinado a “promover todos os seres humanos e o ser humano todo” [...] Constitui o horizonte a partir do qual devemos interpretar as transformações do nosso tempo, incluindo as da revolução digital. As inovações tecnológicas – entre elas a inteligência artificial – não são neutras: podem aumentar a participação e a justiça, ou, pelo contrário, agravar desigualdades, controle e exclusão. Por isso, devem ser avaliadas a partir de uma pergunta decisiva: contribuem realmente para que as pessoas e os povos cresçam em humanidade e fraternidade, no respeito pela casa comum e pelas gerações futuras? (MH 85).

Trechos de LEÃO XIV. Encíclica *Magnífica humanitas*, sobre a salvaguarda da pessoa humana na era da inteligência artificial. Vaticano, 15 de maio de 2026.



A dignidade intrínseca à pessoa humana. Se o mistério de Deus-Amor é a fonte da Doutrina Social, contemplamos o seu rosto mais concreto em Jesus Cristo, Verbo encarnado [...] Nele “o mistério do homem [...] se esclarece verdadeiramente” (*Gaudium et spes*, GS 22), porque a sua humanidade é plenamente livre, aberta aos outros, capaz de construir relações solidárias e belas, comprometida com o dom total de si mesmo [...] Cada pessoa, constitutivamente feita para a relação, é pensada e desejada por Deus para entrar em uma história de comunhão com Ele, com os outros e com a criação. A sua dignidade não depende das capacidades que possui, das riquezas ou da função que desempenha, de escolhas certas ou erradas, mas é um dom que a precede e a ultrapassa, concedido por Deus como expressão do seu amor que nunca falha. Por isso, a pessoa humana permanece sempre “a via da Igreja” (*Redemptor hominis*, RH 14) e o coração de todo o caminho autêntico de desenvolvimento humano integral (*Caritas in veritate*, CV 11). É a dignidade que pertence a cada ser humano simplesmente porque existe, foi desejado, criado e amado por Deus: nenhum pecado, nenhum fracasso, nenhuma humilhação, nenhuma exclusão pode afetar o valor profundo de uma vida humana que Ele desejou e chamou à existência (*Dignitas infinita*, DI 7-8) [...] Como afirmou São João Paulo II, a dignidade de cada ser humano pode dizer-se infinita por duas razões: porque é infinito o amor de Deus que o chama à amizade com Ele, e porque é absolutamente incondicional, no sentido de que nunca se encontrará nada, ainda que se procure incessantemente, capaz de apagá-la ou negá-la (MH 49-53).

Sob a lógica do paradigma tecnocrático e do poder digital

Vivemos em um tempo dominado por um paradigma tecnocrático, em que o poder parece dar a última palavra sobre o ser humano. A tecnologia promete libertar e, simultaneamente, ameaça subjugar.

Magnífica humanitas, sem recusar o progresso, convida a discernir: qual humanidade estamos construindo?

Redação

Na encíclica *Laudato si'* (LS), o Papa Francisco denunciava a crescente afirmação de um paradigma tecnocrático no mundo globalizado: a tendência de deixar que a lógica da eficiência, do domínio e do lucro governe por si só as escolhas pessoais, sociais e econômicas (cf. LS 106-109). A técnica não é um mero instrumento e, quando se torna critério, acaba por determinar o que é importante e o que pode ser descartado, reduzindo a criação a objeto de exploração e as pessoas a engrenagens de um sistema que quer ser sempre mais eficiente (*Magnífica humanitas*, MH 92).

Este paradigma tem-se expandido rapidamente nos últimos anos, devido também à difusão da inteligência artificial, das ciências cognitivas, da nanotecnologia, da robótica e da biotecnologia [...] Mas, devido ao seu poder, podem agir como um acelerador do paradigma tecnocrático e, por isso, necessitam de um novo enquadramento espiritual, ético e político [...] Neste sentido, as palavras de Romano Guardini continuam surpreendentemente atuais: “O homem moderno não está educado para usar corretamente o seu poder” (*O fim dos tempos modernos*. Lisboa: Moraes Editora, 1964, p. 103) [...] O progresso técnico, em si precioso, exige um discernimento sobre a visão antropológica que o orienta e sobre os fins que persegue. Se o desenvolvimento tecnológico avança sem uma maturação ética e social adequada, pode acontecer que os meios aumentem sem que a humanidade cresça na mesma medida: “tem-se mais”, mas não “se é mais” e a pessoa corre o risco de ser avaliada sobretudo com base no desempenho que garante (MH 93-94).

A inteligência artificial (IA). Que se evite o equívoco de equiparar a “inteligência” artificial à humana. Estes sistemas imitam algumas funções da inteligência humana [...] Mas seu] poder permanece exclusivamente ligado ao tratamento de dados: as ditas inteligências não vivem uma experiência, não possuem um corpo, não passam pela alegria e pela dor, não amadurecem nas relações, não conhecem internamente o que significa amor, trabalho, amizade, responsabilidade. Nem sequer possuem uma consciência moral: não julgam o bem e o mal, não captam o sentido último das situações, não assumem sobre si o peso das consequências. Podem imitar linguagens, comportamentos, avaliações, podem simular empatia ou entendimento, mas não compreendem o que produzem, porque não penetram o horizonte afetivo, relacional e espiritual no qual o ser humano se torna sábio (MH 99).

A rapidez e a simplicidade com que podem obter orientações, processamentos

complexos, conteúdos midiáticos e formas de assistência concreta simplificam as nossas vidas, mas também podem habituar-nos a delegar em demasia e a procurar respostas prontas, enfraquecendo a própria opinião e a criatividade [...] A imitação artificial de uma comunicação humana positiva – palavras de conselho, empatia, amizade, amor – pode revelar-se gratificante e até útil, mas, em utilizadores pouco conscientes, pode induzir em erro e criar a ilusão de estarem em relação com um sujeito pessoal autêntico. Quando a palavra é simulada, mas não encarnada,

ela não constrói uma relação, mas sim uma aparência dela (MH 100).

Responsabilidade e IA. O uso da IA nunca é uma questão puramente técnica: ao interferir em processos que afetam a vida das pessoas, ela incide sobre direitos, oportunidades, reputação e liberdade [...] Nestes processos, o que se perde não é apenas a empatia para com o excluído – que pode ser imitada artificialmente – mas a responsabilidade política, porque o descarte dos fracos é revestido de neutralidade e objetividade, perante as quais

é impossível protestar. E, assim, a injustiça torna-se silenciosa e desaparecem do horizonte a compaixão, a misericórdia e o perdão, não como mera aparência, mas como gestos políticos (MH 102-103).

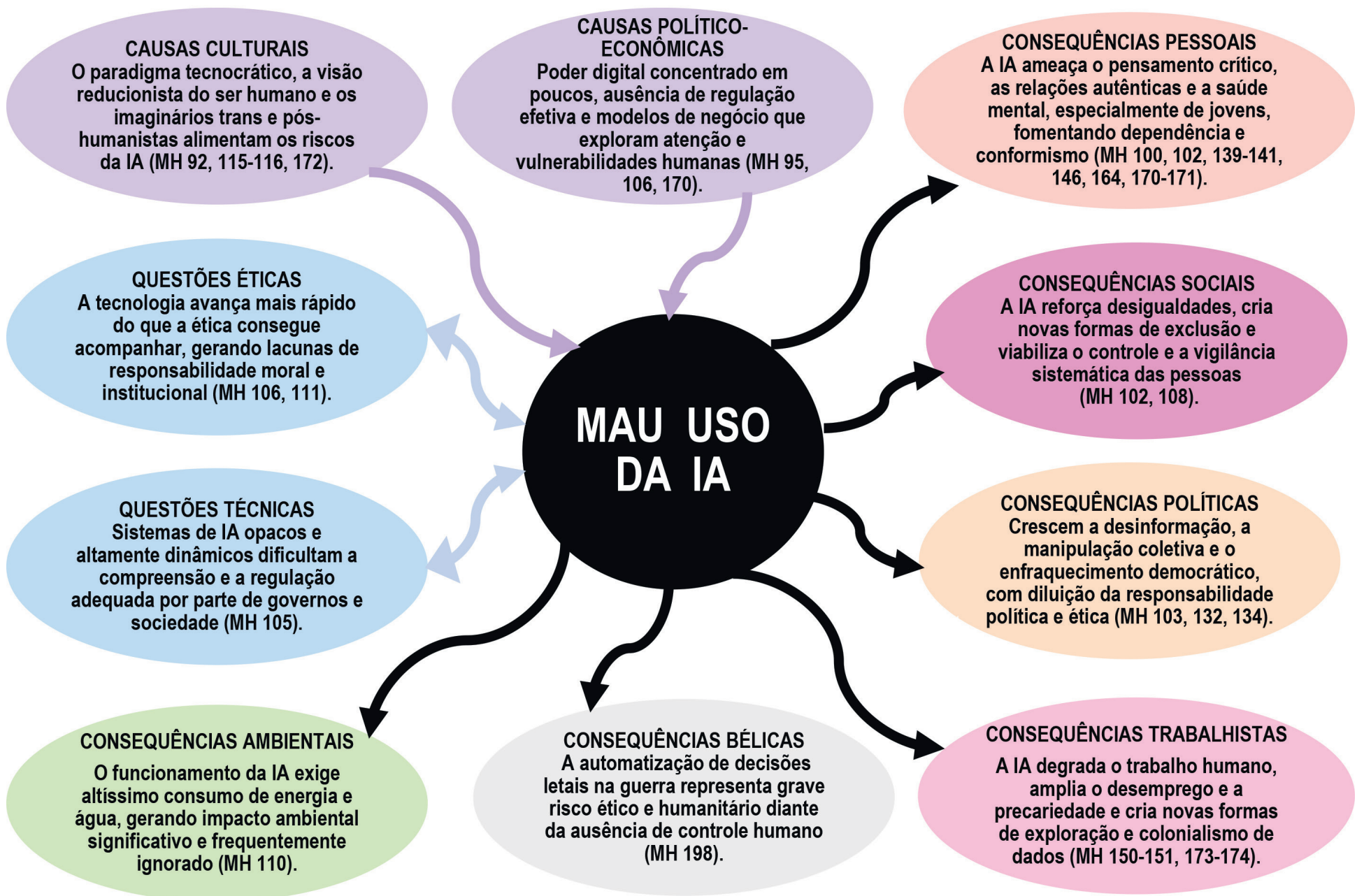
O risco não é apenas o do mau uso de algumas tecnologias, mas que o paradigma tecnocrático em que estamos imersos, potencializado pela revolução digital e pela IA, faça parecer justa e normal uma visão anti-humana, segundo a qual a plenitude da vida consistiria em possuir mais, em reduzir a fragilidade, eliminar o imprevisível e controlar tudo. Quando a eficiência se torna a medida do valor, o ser humano é tentado a pensar-se como um projeto a otimizar, mais do que como uma criatura chamada à relação e à comunhão [...] O poder técnico, se não for equilibrado, não nos torna mais capazes: torna-nos mais sós e mais expostos a lógicas de domínio e de exclusão. Não se trata, evidentemente, de se opor à inteligência, mas de recordar que esta, quando se fecha em si mesma, esquece ter sido feita para servir à vida e à pessoa humana (MH 112-113).

Transumanismo e pós-humanismo. Na tentativa de evidenciar os pressupostos culturais que acompanham a revolução digital em curso, gostaria agora de focar algumas correntes que interpretam o progresso como uma superação do humano e que podem ser agrupadas sob os nomes de transumanismo e pós-humanismo, pano de fundo ideológico que está presente em alguns centros de poder tecnológico e coloniza o imaginário coletivo de forma simplificada [...] com uma visão futurista do “homem aperfeiçoado” ou do “homem hibridado” com a máquina (MH 115).

O transumanismo, em linhas gerais, imagina um aperfeiçoamento do ser humano por meio das tecnologias (biomedicina, engenharia corporal, dispositivos, algoritmos), aspirando a aumentar o seu desempenho e capacidades. O pós-humanismo, sobretudo nas suas versões radicais, vai além: critica o antropocentrismo e propõe uma forma de hibridação entre o ser humano, a máquina e o ambiente, chegando a imaginar uma transição em que a humanidade se superará a si própria, entrando em um novo estágio de evolução [...] Mas se o ser humano for tratado como matéria a aperfeiçoar ou a ultrapassar, é então mais fácil aceitar que alguns sejam considerados menos úteis, desejáveis e dignos. Em nome do progresso, pode chegar-se a imaginar “sacrifícios necessários” e a fazer com que os mais frágeis paguem o preço de uma suposta otimização da espécie. [...] Uma coisa é integrar as tecnologias em uma visão humana e relacional; outra é deixar-se guiar por um imaginário que desvaloriza os limites e promete uma “salvação” puramente técnica (MH 116).



No limite e na fraqueza, a sabedoria. A nossa relação com a vida parece estar hoje em crise. Tudo o que se apresenta como “limite” – incapacidade, doença, velhice, sofrimento, vulnerabilidade – tende a ser interpretado, antes de mais, como um defeito a corrigir, e não como um espaço em que o humano amadurece e se abre à relação. Em vez disso, devemos recordar que o humano não floresce apesar dos limites, mas, muitas vezes, por meio dos limites [...] É precisamente na nossa limitação que encontram espaço a compaixão, a sincera preocupação perante as necessidades dos outros, a generosidade que surpreende mesmo no meio da escuridão e do fracasso, a experiência espiritual e a adoração de Deus. Vemo-lo em tantos momentos em que os limites se tornam concretos na nossa vida, quando somos rejeitados, quando sofremos por causa da doença ou da morte de uma pessoa amada, quando experimentamos o sentimento de impotência ou o fracasso. Misteriosamente, é precisamente nestas adversidades que podemos encontrar uma sabedoria nova, tocar com as próprias mãos o carinho das pessoas e experimentar diversamente a presença do Senhor (MH 118-119).



Verdade e poder, democracia e educação. No contexto digital, o controle das plataformas, das infraestruturas, dos dados e da capacidade de computação não é prerrogativa dos Estados, mas sim de grandes sujeitos econômicos e tecnológicos que, na prática, estabelecem as condições de acesso, as regras de visibilidade e as próprias possibilidades de participação. Quando um poder desta magnitude se concentra na mão de poucos, ele tende a tornar-se opaco e a fugir ao controle público, aumentando o risco de um desenvolvimento distorcido que gera novas dependências, exclusões, manipulações e desigualdades (MH 95).

Quem detém o controle das plataformas digitais e dos meios de comunicação possui uma enorme capacidade de influenciar o imaginário coletivo e de apresentar como desejável uma determinada visão da realidade. É um poder que exige ser continuamente iluminado pela busca da verdade e pelo respeito pela dignidade humana, para que a cultura que se gera na rede não se torne um instrumento de distração excessiva, de homogeneização e de domínio, mas um espaço em que possam amadurecer a liberdade interior e o pensamento crítico (MH 136).

Ferramentas que poderiam favorecer o debate e a participação são frequentemente utilizadas para construir narrativas distorcidas e anular as distinções entre o verdadeiro e o falso, misturando dados e opiniões. A desinformação não surge com a IA, embora nela encontre hoje um poderoso multiplicador [...] O desinteresse pela verdade leva, lenta, mas inexoravelmente, a deslizar para o totalitarismo (MH 132).

Se não estivermos atentos, pode formar-se um sistema educativo desprovido

de amor à verdade, no qual o fluxo incessante de informações substitui o exercício de investigação, reflexão e discernimento [...] É necessário promover uma verdadeira higiene da atenção: ritmos que prevejam silêncio, estudo aprofundado, leitura, debate ponderado. Sem estes elementos, a liberdade interior pode ficar comprometida (MH 146).

Não se devem subestimar as formas mais sutis de dependência ligadas à economia digital da atenção, na qual plataformas e serviços são concebidos para captar o tempo e o olhar dos usuários, explorando as suas fragilidades e enfraquecendo a liberdade interior. É urgente promover uma utilização das tecnologias que reforce a liberdade interior: educação para a sobriedade digital, proteção dos menores e combate a modelos que prosperam à custa da vulnerabilidade (MH 170).

IA e trabalho. O entrecruzar-se de automação, robótica e IA está transformando rapidamente a própria estrutura do trabalho [...] As “novas formas” de trabalhar não são necessariamente melhores: os trabalhadores são frequentemente obrigados a adaptar-se à velocidade e às exigências das máquinas, podendo ser desqualificados, submetidos

à vigilância automatizada e relegados a funções rígidas e repetitivas. Para evitar isso, é necessário conceber sistemas centrados na pessoa e não apenas no desempenho (MH 150).

São João Paulo II recordou que o desemprego é um mal grave [...] que interpela de modo especial a responsabilidade do Estado (*Laborem exercens*, LE 18). Hoje, na “quarta revolução industrial”, esta preocupação torna-se mais premente, uma vez que a inovação é, frequentemente, entendida em função apenas da redução dos custos e do aumento dos lucros [...] Uma sociedade que só garantisse emprego a uma pequena parte da população exporia muitos a uma condição de inatividade forçada, de ausência de responsabilidades, de falta de compromissos e estímulos diários, com consequente empobrecimento humano e cultural, em contraste com o elevado nível de desenvolvimento técnico. Por isso, a Doutrina Social da Igreja insiste que o acesso de todos ao trabalho deve continuar a ser um objetivo prioritário das políticas públicas e dos processos econômicos (MH 151-154).

Tempos de guerra. Se olharmos para as dinâmicas mundiais, reconhecemos cada vez mais claramente a expansão de

uma cultura do poder, feita de polarizações e violências [...] A guerra é preparada culturalmente por meio de narrativas simplistas, lógicas de amigo-inimigo, desinformação e medo. É neste clima que a humanidade se encontra a resvalar para a cultura violenta do poder, em que a paz já não aparece como uma tarefa a assumir, mas como um intervalo precário entre conflitos. Hoje, mais do que nunca, é importante reafirmar que foi superada a teoria da “guerra justa”, invocada com demasiada frequência para justificar qualquer guerra, mantendo-se o direito à legítima defesa entendida no sentido mais estrito (cf. FT 258). Para enfrentar os conflitos, a humanidade dispõe de instrumentos muito mais eficazes e capazes de promover a vida humana, como o diálogo, a diplomacia e o perdão (MH 185-192).

Fala-se por vezes de “agentes morais artificiais”, como se uma máquina pudesse garantir, com maior coerência do que um ser humano, a distinção entre o bem e o mal. Ora, o juízo moral não se reduz a um cálculo: implica consciência, responsabilidade pessoal e reconhecimento do outro como pessoa. Por isso, não é lícito confiar a sistemas artificiais decisões letais ou, de qualquer forma, irreversíveis. Não existe algoritmo que possa tornar a guerra moralmente aceitável. A IA não retira ao conflito a sua intrínseca desumanidade: apenas o torna mais rápido e impessoal, baixando o ônus do recurso à violência e transformando a defesa em previsão operacional, com as vítimas reduzidas a dados (MH 198).

Trechos de LEÃO XIV. Encíclica *Magnifica humanitas*, sobre a salvaguarda da pessoa humana na era da inteligência artificial. Vaticano, 15 de maio de 2026.

Rumo à civilização do amor na era da IA

Diante do paradigma tecnocrático, de uma cultura que se organiza em torno do exercício do poder, entendido como pura dominação, Leão XIV, na [Magnífica humanitas](#), retoma os princípios da Doutrina Social da Igreja, atualizando-os para a era da IA e orientando-nos no caminho da ‘civilização do amor’.

Redação

Os princípios da Doutrina Social ajudam-nos a interpretar esta nova realidade. Em um mundo em que poucos sujeitos concentram dados, capital computacional e capacidade normativa, falar de bem comum significa desmascarar esta nova assimetria epistêmica, econômica e política, dando nome aos novos monopólios da inteligência artificial (IA). Falar de destinação universal dos bens significa encontrar formas de garantir o acesso universal às tecnologias e à formação. Falar de subsidiariedade é pedir que se proteja a capacidade de as comunidades escolherem e corrigirem, sem relegar a sua intervenção a uma mera vigilância, depois das normas terem sido definidas em outro local. Falar de solidariedade obriga a reconhecer o trabalho invisível, frequentemente explorado, que alimenta os modelos algorítmicos. Falar de justiça impõe questionar as geografias do poder que definem quem pode treinar os modelos e quem é apenas objeto de treino, e reconhecer que a justiça social não é apenas um objetivo a proteger após a adoção das tecnologias,

mas uma condição prévia, a ser posta em prática no seu próprio projeto (MH 109).

Ética e responsabilidade. Para que a IA respeite a dignidade humana e sirva verdadeiramente ao bem comum, é essencial que as responsabilidades sejam claras em todas as etapas: desde quem concebe e treina os sistemas até quem os utiliza e decide confiar-lhes escolhas concretas. Em muitos casos, contudo, os processos internos que conduzem a um resultado podem ser pouco transparentes, o que torna mais difícil atribuir responsabilidades e corrigir erros. É aqui que se torna decisivo o que chamamos *accountability*: a possibilidade de identificar quem deve “prestar contas” das decisões, motivá-las, controlá-las e, quando necessário, contestá-las, reparando os danos daí decorrentes (*Antiqua et nova*, AetN 44-45) [...] Não basta invocar genericamente a ética: são necessários quadros jurídicos adequados, vigilância independente, educação dos utilizadores, uma política que não renuncie à sua missão (MH 105-106).

Não podemos limitar-nos a invocar a moralização da máquina, o chamado “alinhamento” da IA com os valores humanos, sem termos a coragem de impor uma condição adicional: a possibilidade de discutir o código ético a ser utilizado, submetendo-o a critérios de justiça social partilhada [...] Não precisamos de uma IA mais moral, se esta moral for decidida por poucos (MH 107).

Desarmar a IA. Gostaria de utilizar

uma palavra que me é cara: “desarmar”. Desarmar a IA significa subtraí-la à lógica da competição armada, que hoje não é apenas militar, mas também econômica e cognitiva [...] Desarmar significa quebrar esta equivalência entre poder técnico e direito de governar. Não significa renunciar à tecnologia, mas impedir que ela domine o ser humano. Significa retirá-la dos monopólios, torná-la discutível, contestável e, portanto, habitável, devolvendo-a à pluralidade das culturas humanas e das formas de vida (MH 110).

Dirijo um apelo especial àqueles que desenvolvem as inteligências artificiais. A inovação tecnológica pode ser, em certo sentido, uma forma humana de participar no ato divino da criação. Portanto, os programadores assumem um particular peso ético e espiritual, pois cada escolha feita no projeto expressa uma visão da humanidade. Tal como o autor de uma obra artística ou literária é responsável por ponderar os valores que ela expressa, também eles são chamados a tratar com a devida seriedade os valores que infundem nos seus projetos: com transparência, com responsabilidade em relação às comunidades envolvidas e com a atenção necessária em confirmar que o que está a ser cultivado é efetivamente um bem (MH 111).

O verdadeiro “mais que humano”. A expressão “mais que humano” não pertence apenas à linguagem das promessas da tecnologia. Há séculos que a tradição cristã afirma que o ser humano não está confinado aos limites da própria natureza,

mas é chamado a transcender-se a si mesmo: não para fugir da realidade ou por desprezo dos limites, mas para se realizar no amor. A fé conhece um “além” que nasce do dom de Deus. Esta transformação é obra do Espírito Santo [...] “Se alguém está em Cristo, é uma nova criação. O que era antigo passou; eis que surgiram coisas novas” (2 Cor 5,17).

Como explicava o Papa Francisco, “chegamos a ser plenamente humanos, quando somos mais do que humanos, quando permitimos a Deus que nos conduza para além de nós mesmos a fim de alcançarmos o nosso ser mais verdadeiro” (EG 8). Aqui reside a diferença radical em relação aos sonhos prometeicos: o que salva o ser humano não é a autossuficiência aperfeiçoada, mas uma relação que liberta, uma comunhão que transforma (MH 127-128).

Dois cidades e dois amores. A questão decisiva continua a ser a que indicou São João Paulo II: a IA torna “a vida humana sobre a terra, em todos os seus aspectos, ‘mais humana’? Torna-a mais ‘digna do homem’?” (*Redemptor hominis*, RH 15). Se a resposta for “sim”, en-

Imagem gerada por IA (Gemini-AI)

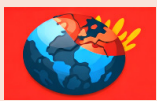


O falso realismo político e a história que mostra esperança. Vivemos em uma época de notável cegueira espiritual e cultural [...] Mesmo quem invoca grandes princípios morais pode cair neste niilismo histórico, iludindo-se com a ideia de que as atrocidades do século XX não se podem repetir [...] Por trás de tudo isto está um falso “realismo”, baseado não só na lógica dominante da força, mas também em uma convicção cultural e antropológica, como se a guerra fosse inevitavelmente parte da natureza humana [...] Verdadeiramente irresponsável é a *Realpolitik*, esta forma de “realismo” político, que [...] qualifica a paz e o diálogo como posições utópicas ou irracionais, que ignoram os riscos em jogo. Pelo contrário, a paz não é uma esperança ingênua nem apenas uma ausência de guerra: é o fruto, sempre possível, da justiça e da caridade. Neste clima [...] extremismos religiosos e fanatismos identitários aliam-se a um economicismo irracional, enquanto a política recorre com facilidade à desinformação, à ridicularização do adversário e à construção sistemática de medos e ressentimentos (MH 204-206).

A história não se apresenta apenas como o catálogo das nossas violências, mas como a prova de que o ser humano é capaz de criar instituições capazes de proteger a vida em comum. Vemos isso em alguns marcos emblemáticos dos últimos dois séculos: o nascimento do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (1863); o longo processo que conduziu à abolição da escravatura; a fundação da Organização das Nações Unidas (1945) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que estabeleceram uma linguagem comum para afirmar, pelo menos como ideal partilhado, que a dignidade é universal (MH 123).

Alguns acontecimentos ajudam a ver que a história pode mudar quando mesmo um só homem ou mulher leva realmente a sério a dignidade de todos: o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, ligado também ao testemunho de Martin Luther King Júnior, ou o fim do *apartheid* na África do Sul após a libertação de Nelson Mandela e a sua decisão de não entregar ao ódio o futuro. Em contextos diferentes [... temos muitos outros testemunhos, tais como:] Santa Laura Montoya, Santa Teresa de Calcutá, Dorothy Day, Marie Skłodowska-Curie, Maria Montessori, Elisabeth Elliot, Wangari Maathai, Benazir Bhutto, São Maximiliano Maria Kolbe, São Oscar Romero, o Beato Enrique Angelelli e o Venerável François-Xavier Nguyễn Văn Thuận. E, sobretudo, os “mártires do cotidiano” que cuidam, educam, acompanham e consolam sem alarde [...] Por isso, a humanidade – magnífica e ferida – não deve ser substituída nem superada: pode acolher os progressos da técnica para aliviar os sofrimentos e abrir novas possibilidades, desde que não renuncie ao que lhe permite ser ela mesma, ou seja, a capacidade de relação e de amor (MH 124-126).

NA CULTURA DO PODER



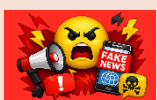
A disponibilidade de meios e a capacidade de dominação ditam a agenda; o bem comum é relegado. A mentalidade tecnocrática trata a pessoa como recurso a otimizar, sobrepondo eficiência à dignidade. (MH 172,188)



A educação é capturada por lógicas tecnocráticas que impõem o ritmo das máquinas, tornando os programas rapidamente inadequados e deixando os docentes sem apoio. As desigualdades no acesso convertem o saber em privilégio de poucos. (MH 144–145)



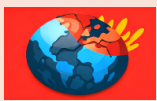
Plataformas e algoritmos exploram as fragilidades dos usuários, enfraquecendo a liberdade interior; poder sem verdade: quem detém recursos técnicos impõe o que quer que outros acreditem. (MH 133,170)



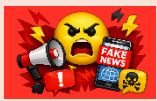
Algoritmos que valorizam o confronto amplificam polarização e desinformação; retóricas agressivas e linguagem hostil preparam culturalmente o terreno da violência. (MH 192,206,224)



A inovação é vista apenas como redução de custos e aumento de lucros, gerando concentração de riqueza e desemprego crescente. A extração de recursos para a indústria digital frequentemente se apoia em condições desumanas de trabalho. A coleta massiva de dados orienta comportamentos e discrimina os mais fracos. (MH 150–151,161,163,171,173,178)



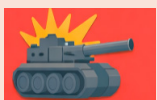
Há uma crise do multilateralismo; globalização econômica sem arquitetura política; crescente conflituosidade. Extremismos e fanatismos aliam-se ao economicismo, usando o nome de Deus para legitimar a violência. (MH 201,206,223)



As identidades coletivas são construídas contra um inimigo; narrativas de vingança minam a confiança entre os povos. A memória histórica é apagada ou reescrita; o niilismo ilude com a ideia de que as atrocidades não se repetirão. (MH 191,202, 204,206)



A guerra é normalizada como instrumento político; o direito do mais forte substitui o direito internacional. A corrida armamentista avança; a indústria bélica torna-se setor-chave da economia; as conquistas do direito humanitário são tratadas como ingênuas. (MH 189–190,193–194,203)



A IA torna a guerra mais rápida e impessoal; a vítima é reduzida a dano colateral. O ciberespaço transforma-se em campo de batalha com responsabilidades difusas. As histórias das vítimas são silenciadas. (MH 198,206,225)

tão podemos reconhecer nela uma boa possibilidade a ser vivida com responsabilidade, em um caminho de reconstrução paciente e partilhada [...] Questionar-nos sobre essa alternativa de progresso e sobre o nosso modo de interpretar e viver, no fundo significa sempre questionar-nos também sobre o nosso coração. Com efeito, a forma como pensamos e estruturamos as relações, o trabalho e as instituições, revela os nossos valores fundamentais e, em última análise, nasce daquilo que nos é mais caro. É um amor que nos guia: o que, como indivíduos e como

sociedade, amamos verdadeiramente, orienta a nossa vida e ações. Santo Agostinho descreve a história humana como um campo de batalha entre dois amores, que construíram duas formas de habitar o mundo e de conviver, duas “cidades”: Por um lado, o amor a Deus e ao próximo; por outro, o amor exclusivo a si mesmo. “Dois amores fizeram as duas cidades: o amor de si até o desprezo de Deus – a terrestre; o amor de Deus até o desprezo de si – a celeste” (*De civitate Dei*, XIV, 28). Como em toda a história humana, também hoje estes dois amores lutam no nosso coração pelo predomínio (MH 129-130).

Responsabilidade e oração. John R.R. Tolkien [...] por meio das palavras do protagonista de um romance seu, des-

NA CIVILIZAÇÃO DO AMOR



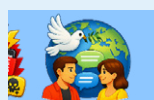
A caridade ganha corpo institucional em estruturas de justiça e fraternidade; o outro é aliado na construção do bem comum. A técnica integrada à sabedoria torna-se vetor de desenvolvimento humano integral. (MH 180–181,186)



A escola ensina a amar a verdade e a reconhecer a dignidade de cada pessoa. A educação promove tempos de silêncio e estudo aprofundado, em uma aliança renovada entre famílias e instituições, orientada para a responsabilidade e o bem comum. (MH 137,143,147)



A ecologia da comunicação cria transparência, jornalismo isento, combate à desinformação e formação do pensamento crítico. A verdade é bem comum, não propriedade do poder. (MH 132,137)



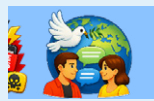
As palavras são desarmadas para que a Terra seja desarmada. A comunicação orientada pela verdade reconstrói a confiança entre as pessoas e entre os povos. (MH 214)



A inovação obedece a critérios sociais: proteção do emprego e acesso ao trabalho como objetivos prioritários. Em todas as fases da atividade econômica prevalece a justiça; fiscalidade e proteções sociais corrigem os desequilíbrios. Regras claras e transparência garantem a liberdade nos meios digitais. (MH 152–154, 156,158–159,162,164,171,174,178–179)



O diálogo e o multilateralismo são revitalizados; ONU e organismos internacionais tornam-se instrumentos de resolução pacífica dos conflitos. O diálogo entre religiões é decisivo para traçar caminhos de paz. (MH 221,223,226)



O outro não é inimigo, mas ser humano com quem dialogar; o encontro autêntico torna difícil até mesmo imaginar a guerra. A memória do passado converte-se em apelo à vigilância e à responsabilidade no presente. (MH 177,211,220,222)



A guerra é sempre pobreza relacional e deve ceder ao diálogo, à diplomacia e ao perdão. Regras internacionais partilhadas travam a corrida armamentista; os recursos liberados destinam-se à promoção humana. A paz é fruto da justiça e da caridade. (MH 192,200,205)



Algoritmos não tornam a guerra aceitável; as decisões letais permanecem sob controle humano. A diplomacia negocia regras para as tecnologias digitais. A história das vítimas são ouvidas e as atrocidades, denunciadas. (MH 198–200,216–217,225)

creveu assim a nossa responsabilidade: “Não nos compete dominar todas as mares do mundo, mas, sim, fazer o que nos for possível para ajudar os anos em que estamos inseridos, erradicando o mal nos campos que conhecemos para que quem viver depois possa ter terra limpa para cultivar” (*O Senhor dos Anéis: O Retorno do Rei, Livro V, Cap.9*). A civilização do amor não nasce de um gesto único e espetacular, mas de uma soma de pequenas e tenazes fidelidades, que travam a desumanização (MH 213).

Estas pistas de ação nutrem-se da oração e alimentam-na. Com efeito, para nós, a paz “vem de Deus, do Deus que nos ama a todos incondicionalmente” (*Primeira bênção Urbi et Orbi*, 8/mai/2025). É um dom entregue por Jesus

aos seus discípulos no dia da Páscoa: “A paz esteja convosco! Esta é a paz de Cristo Ressuscitado, uma paz desarmada e uma paz desarmante, que é humilde e perseverante” (idem). Com estas palavras, saudei a Igreja e o mundo no dia da minha eleição para o sólio de Pedro, e desejo repeti-las, convidando todos a pedir este dom. Não nos cansemos de rezar pela paz e de nos empenharmos para a concretizar nas nossas relações e na sociedade (MH 228).

Tecelões de esperança na era da IA

Na conclusão de [Magnífica humanitas](#), Leão XIV traça um programa de vida cristã para a era da IA em quatro pontos: as virtudes teológicas (fé, esperança, caridade) e a oração.

Redação

Queridos irmãos e irmãs, interrogue-mo-nos sobre o mundo que estamos construindo, perguntando-nos o que significa salvaguardar a pessoa humana na era da inteligência artificial (IA). No final deste percurso, desejo entregar-vos um itinerário de vida cristã sóbrio e exigente, com o qual podemos viver esta mudança de época à luz do Evangelho. É um caminho que nasce da contemplação do desígnio de Deus, vive a unidade eclesial alimentando-se da Palavra e da Eucaristia, edifica o mundo no bem e reza com a Virgem Maria (MH 229).

A fé contempla o desígnio de amor do Pai na era da IA. Em um mundo marcado por tantas estratégias que visam a conquistar mercados e espaços de influência, muitas vezes revestidas de retóricas apaziguadoras e construções ideológicas sedutoras, o nosso coração sente a necessidade de descobrir um desígnio diferente, sábio e benevolente, semelhante ao que Maria contempla no *Magnificat* [...] Este desígnio de misericórdia permeia a história também hoje, no meio de mudanças rápidas e inquietantes marcadas por algoritmos e redes globais, e torna-se a bússola para uma existência evangélica na era digital (MH 230).

Nas promessas do transumanismo e de algumas correntes pós-humanistas, que aspiram a uma humanidade aperfeiçoada e quase desencarnada, reconhecemos um desejo que nos diz respeito: a necessidade de uma vida mais plena, menos exposta à fragilidade e ao sofrimento. A Encarnação abre, porém, um caminho diferente. Enquanto ideologias antigas e novas impelem o homem a superar tecnicamente os limites e a elevar-se acima dos outros para afirmar um domínio, o mistério do Filho de Deus que entra na nossa condição narra um movimento oposto: o Deus vivo desce à nossa história para nos libertar de toda a forma de escravidão, toma sobre si a nossa fraqueza e transforma-a em um lugar de salvação. Não há circunstância ou condição humana que não seja digna de Deus [...] O que salva o homem é o amor divino que desce ao ponto mais vulnerável da sua história e a regenera profundamente (MH 232).

Por isso, como fiel entre os fiéis, convido a contemplar no rosto do Filho uma *magnífica humanitas* que ilumina também a era da IA. Em Cristo, compreendemos que o homem é chamado a ser colaborador com a obra da criação, em vez de espectador resignado de processos tecnológicos que restringem a sua liberdade e responsabilidade. A dignidade que o Espírito Santo grava em cada um de nós reconhece-se também na capacidade de refletir de modo crítico, de escolher e de amar gratuitamente, de estabelecer relações autênticas. Nenhum sistema de cálculo, por mais sofisti-

cado que seja, gera um coração que se entrega ou uma consciência que discerne o bem. Mesmo quando as máquinas se destacam pela eficiência, o centro da história continua a ser um rosto humano que pede para ser olhado. Este rosto humano é a plenitude para a qual caminha a história (MH 233).

A caridade nos une em um único corpo eclesial. A espiritualidade de que necessitamos é uma espiritualidade eucarística, ou seja, uma espiritualidade da unidade eclesial no amor. A Encarnação e a Páscoa revelam Deus que entra na nossa condição humana e a transfigura no dom de si mesmo. Este dom continua presente e operante na Eucaristia, na qual o Senhor se comunica e reúne a Igreja, para que a sua oferta se torne princípio de unidade e fonte de vida nova. Dessa comunhão nasce também a solidariedade cristã, pois “a união com Cristo é, ao mesmo tempo, união com todos os outros aos quais Ele Se entrega” (*Deus caritas est*, DCE 14) (MH 234).

O Corpo que comungamos e o Sangue que bebemos dão forma a toda a nossa vida. [...] Em Cristo, apesar de muitos e diferentes, somos uma só coisa: *In Illo uno unum*. A Eucaristia abre-nos à justiça e à partilha, com uma atenção preferencial para com quem carrega o fardo da pobreza e da marginalização. Enquanto as novas redes econômicas e tecnológicas podem gerar exclusão, isolamento e dependências, a Igreja alimentada pela Eucaristia é chamada a mostrar outro critério, preservando os vínculos, devolvendo voz aos silenciados e orientando os processos para a dignidade das pessoas (MH 235).

A esperança sustenta a nossa ação no mundo. A espiritualidade que desejo transmitir é a do “sábio arquiteto” que, animado pela esperança do Reino de Deus, se dedica a construir o mundo no bem (cf. 1 Cor 3, 10) [...] Hoje, a nossa construção deve ter como fundamento a relação com Deus; como regra, a aceitação do limite humano

como algo natural e positivo; como estilo, a corresponsabilidade e a linguagem evangélica. No final do percurso, o projeto de uma civilização do amor delineia-se mais claramente e a construção parece estar já em andamento, sobretudo graças às muitas pedras vivas firmemente unidas a Cristo, a pedra angular (cf. 1 Pe 2,4-6). Nesta obra, somos chamados a assumir um papel ativo, sem nos refugiarmos no espiritualismo ou nos nossos pequenos mundos: devemos ser fiéis à verdade, investir na educação, cuidar das relações, amar a justiça e a paz [...] É importante conservar um coração que ama a verdade, que deseja o que é justo mais do que conteúdos apelativos, que busca a sabedoria mais do que o impacto imediato. A verdade que não devemos perder é aquela sobre Deus e sobre o ser humano, tal como Cristo nos revelou [...] A fidelidade à verdade exige integrar as possibilidades oferecidas pela técnica em um caminho de sabedoria, capaz de salvaguardar simultaneamente a dignidade de cada pessoa e o futuro da nossa casa comum (MH 236-237).

[... Temos] a vocação de ser, na era da transformação digital, não resignados espectadores das fraturas sociais e culturais, nem meros analistas de ruínas, mas mulheres e homens que entram nos estaleiros da história – laboratórios de investigação, empresas tecnológicas, escolas, meios de comunicação, instituições, comunidades locais – para reconstruir o que ruuiu e proteger o que está exposto (MH 241).

A oração do Magnificat. O cântico de Maria acompanha o nosso empenho [...] A sua alma glorifica o Senhor e o seu espírito exulta em Deus, seu Salvador, porque Ele escolheu para o seu desígnio de salvação uma jovem, pobre e humilde. Maria vê toda a história com os olhos desta descoberta. Nada mudou à sua volta: a situação sociopolítica da sua época permanece a mesma, com os romanos a dominarem a sua terra e o seu povo dividido e humilhado. No entanto, tudo mudou dentro dela, e isso permite-lhe ver o invisível. Deus já manifestou o poder do seu braço, já dispersou os soberbos, derrubou os poderosos, exaltou os humildes, encheu de bens os famintos e despediu os ricos de mãos vazias. Ele já socorreu Israel, seu servo [...] Com a mesma fé de Maria, tornemo-nos tecelões de esperança no nosso mundo, partilhando o que somos e o que temos, de modo que a presença de Jesus cresça entre nós e o seu Reino tome forma. Na humilde fidelidade de cada dia, também a era da IA pode tornar-se uma etapa em que o Espírito faz amadurecer a civilização do amor na nossa vida (MH 243-245).

